



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO - LETRAS
CURSO DE LETRAS ESPANHOL**

HÉLIO SOBRINHO DA SILVA

**DIFICULDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ESPANHOL
PARA ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL**

**CAMPINA GRANDE
2024**

HÉLIO SOBRINHO DA SILVA

**DIFICULDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ESPANHOL
PARA ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção de grau de
Licenciatura em Letras Espanhol
pela Universidade Estadual da
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Giordano

CAMPINA GRANDE

2024

Ficha catalográfica

S586d Silva, Helio Sobrinho da.
Dificuldades no processo de aprendizagem do espanhol para alunos portadores de deficiência visual no Brasil [manuscrito] / Helio Sobrinho da Silva. - 2024.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de Linguística, Letras e Artes, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Alessandro Giordano, Coordenação do Curso de Letras Espanhol - CEDUC. "

1. Ensino de espanhol. 2. Deficiência visual. 3. Acessibilidade. I. Título

21. ed. CDD 372.652 1

HÉLIO SOBRINHO DA SILVA

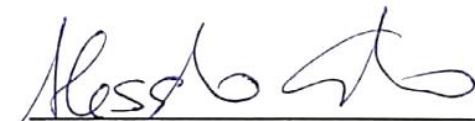
DIFICULDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ESPANHOL
PARA ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau
de Licenciatura em Letras Espanhol pela
Universidade Estadual da Paraíba.

Área de Concentração: Ensino de E/LE

Aprovada em: 24/06/2024.

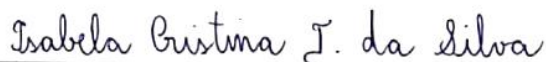
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alessandro Giordano (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Ana Paula dos Santos Claudino de Macena
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Isabela Cristina Tavares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Agradeço em primeiro lugar, por chegar até aqui, pois sem Ele jamais conseguiria ter forças para enfrentar os desafios e conseguir superá-los.

A minha família,

Por todo incentivo e compreensão, pois todos fazem parte deste sonho, cada um com um significado especial, contribuindo para esta concretização.

Aos meus mestres,

Por toda dedicação, sempre preocupados e dedicados em perpassar seus conhecimentos com o objetivo em tornar-nos profissionais competentes, com uma rica bagagem teórica.

Ao meu orientador Alessandro Giordano,

Que me apoiou e incentivou durante este processo para nossa formação.

Meu muito obrigado!

.

“Apenas as pessoas cegas podem tocar as palavras, porque possuem a ponta dos dedos em cada sílaba e percorrem os contornos da beleza que elas guardam, assim sabem como envolver-se nas ideias, manchar-se com a cor do sangue e saborear pelo toque a descrição de corpos delgados [...] Ninguém pode ser tão dono dos sinais quanto elas, porque os notam com a pele das mãos. Ninguém é tão dono da linguagem, quanto quem conhece suas dimensões e medidas com os dedos.

Muitos amam a nosso idioma: exato e preciso, seco e brilhante. Mas só as pessoas cegas, fazem mais que isso: elas podem acariciá-lo”.

(Álex Grijelmo, 2007, tradução nossa)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência visual no Brasil no processo de aprendizagem da língua espanhola, destacando os desafios históricos e contemporâneos da educação inclusiva. A pesquisa enfatiza a importância de materiais didáticos acessíveis e a necessidade de formação adequada dos professores. São apresentados os conceitos de deficiência visual e a trajetória da inclusão educacional no Brasil, com foco nos obstáculos de acessibilidade enfrentados por esses estudantes. A análise dos materiais didáticos revela suas limitações e as necessidades específicas para o ensino de espanhol a alunos com deficiência visual. A formação de professores é discutida, abordando tanto a formação inicial quanto a continuada, e a importância de capacitação específica para lidar com a diversidade nas salas de aula.

Palavras-Chaves: Ensino de espanhol; Deficiência Visual; Materiais didáticos; Acessibilidade.

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso investiga las dificultades que enfrentan los alumnos con discapacidad visual en Brasil en el proceso de aprendizaje del idioma español, destacando los desafíos históricos y contemporáneos de la educación inclusiva. La investigación enfatiza la importancia de materiales didácticos accesibles y la necesidad de una formación adecuada para los profesores. Se presentan los conceptos de discapacidad visual y la trayectoria de la inclusión educativa en Brasil, con un enfoque en los obstáculos de accesibilidad que enfrentan estos estudiantes. El análisis de los materiales didácticos revela sus limitaciones y las necesidades específicas para la enseñanza de español a alumnos con discapacidad visual. La formación de profesores se discute, abordando tanto la formación inicial como la continua, y la importancia de la capacitación específica para lidiar con la diversidad en las aulas.

Palabras clave: Enseñanza del español; Discapacidad visual; Métodos; Accesibilidad.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA PERSPECTIVA ABRANGENTE.....	10
2.1	Inclusão e seus desafios para portadores de deficiência visual ao longo dos séculos no Brasil.....	11
2.2	Desafios de Acessibilidade para Estudantes Cegos no Contexto Educacional Brasileiro.....	13
3	A IMPORTÂNCIA DE MATERIAIS DIDÁTICOS NO ENSINO DE ESPANHOL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	15
3.1	Materiais didáticos no ensino de espanhol para deficientes visuais no Brasil uma perspectiva ampla.....	18
3.2	O grande problema dos materiais didáticos no ensino de espanhol para deficientes visuais no Brasil.....	20
4	ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ENQUANTO PILAR FUNDAMENTAL DE FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	22
4.1	Formação e capacitação de professores nas universidades do Brasil.....	24
4.2	Formação continuada para professores visando a capacitação docente sob a ótica da educação inclusiva.....	25
5	CONCLUSÃO.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de crescente relevância no cenário educacional brasileiro, especialmente no que tange à integração de alunos com deficiência visual. Embora tenha havido avanços significativos nas políticas de inclusão, ainda persistem desafios substanciais que impedem a plena efetivação de um ensino de qualidade para todos. Em particular, o ensino de línguas estrangeiras, como o espanhol, apresenta barreiras específicas que necessitam de atenção e solução adequadas.

A escolha do tema sobre as dificuldades no processo de aprendizagem do espanhol para alunos portadores de deficiência visual no Brasil fundamenta-se na inquietação provocada pela escassa investigação e investimento dedicados a esta problemática. A formação inadequada dos professores e a falta de capacitação específica para lidar com alunos com deficiência visual emergem como fatores críticos que motivaram a escolha deste tema. As observações cotidianas também contribuíram para um olhar mais atento a essa questão, evidenciando a qualidade desigual do ensino oferecido às pessoas com deficiência visual.

A problemática central deste artigo é identificar as principais dificuldades no processo de ensino/aprendizagem do espanhol para alunos portadores de deficiência visual no Brasil. O objetivo geral consiste em investigar e analisar as barreiras enfrentadas por esses alunos no processo de aprendizagem do espanhol, com a finalidade de identificar obstáculos e propor soluções que promovam uma educação inclusiva e eficaz. Os objetivos específicos incluem: analisar a inclusão no Brasil sob uma perspectiva histórica; examinar os desafios relacionados à acessibilidade dos materiais didáticos; e avaliar a preparação e formação dos professores no contexto do ensino inclusivo.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, abordam-se os conceitos de deficiência visual, a evolução da inclusão no Brasil ao longo das décadas, e os desafios de acessibilidade enfrentados pelos estudantes cegos no contexto educacional brasileiro. O segundo capítulo discute a importância dos materiais didáticos no ensino de espanhol e as

problemáticas relacionadas à sua adequação para alunos com deficiência visual. Neste capítulo, serão analisadas as limitações e as necessidades específicas dos materiais didáticos utilizados no ensino de espanhol para esses alunos. O terceiro capítulo encerra o trabalho com uma análise histórica da educação e da formação do indivíduo, enfatizando a educação brasileira e a formação e capacitação de professores nas universidades do Brasil. Este capítulo também aborda a formação continuada para professores, destacando a necessidade de capacitação docente sob a ótica da educação inclusiva.

Para a realização deste TCC, a metodologia adotada baseou-se na pesquisa bibliográfica, utilizando como aporte teórico autores como Rosane Manfrinato de Medeiros Dias (2008) e Irys de Fátima Guedes do Nascimento (2014), entre outros, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desta monografia.

2. Deficiência Visual: Uma perspectiva abrangente

Na sociedade brasileira existem milhões de indivíduos portadores de deficiência visual. Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 18,6% da população brasileira possui algum tipo de deficiência visual, sendo 6,5 milhões portadores de deficiência visual severa, outros 506 mil têm perda total da visão e cerca de 6 milhões possuem grande dificuldade para enxergar.

A visão desempenha um papel vital em praticamente todos os aspectos da vida humana, desde a percepção do ambiente, desenvolvimento cognitivo, comunicação interpessoal e a segurança pessoal, por outro lado a deficiência visual é uma condição que afeta a capacidade de enxergar de forma adequada prejudicando diretamente a vida do indivíduo.

A cegueira pode variar em termos de gravidade e causa, e pode incluir uma ampla gama de condições, desde a cegueira total até a baixa visão. De acordo com Motta (2005):

A cegueira total pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usa-se a expressão “visão zero”. São também chamados de cegos os indivíduos que só percebem vultos e outros que têm percepção da luz, com distinção de claro e escuro. (...) Educacionalmente, delimita-se como cego aquele que necessita de instrução em Braille (Motta. 2005, p. 05).

Já os indivíduos com baixa visão conseguem enxergar, mas sua visão é significativamente limitada, ou seja, pode ser considerada turva, embaçada ou visão periférica reduzida, o que dificulta a capacidade em distinguir cores ou até mesmo realizar uma leitura fluida, condição que afeta milhares de pessoas no mundo. No Brasil cerca de 75% da população com deficiência visual se encaixa nos parâmetros de cegueira com baixa visão, dado que deve ser analisado de perto, tendo em vista a gravidade e o número de pessoas que sofrem com a cegueira Motta (2005) afirma que:

Por baixa visão se entende a visão reduzida, uma condição intermediária entre a visão normal e a cegueira. As pessoas que possuem até 30% da visão normal são consideradas como pessoas com baixa visão. Essas pessoas representam significativos 75% da

população com deficiência visual no Brasil. (...) Educacionalmente, delimita-se (...) como baixa visão aquele que lê tipos impressos ampliados, com ou sem o auxílio de potentes recursos ópticos (Motta. 2005, p. 05).

Pessoas cegas enfrentam inúmeros desafios diários, decorrentes da perda total da visão ou da baixa visão significativa. Essas dificuldades podem abranger diversos aspectos da vida cotidiana, a educação de tais indivíduos por exemplo deve ser analisada de perto, pois, a evasão escolar é alta. Problemas como interação social e acesso à informação devem ser pautados e postos como prioridade.

Sem a capacidade de enxergar, as pessoas com deficiência visual dependem fortemente de outros sentidos, como audição e tato, para obter informações sobre o ambiente ao seu redor. Isso pode tornar a navegação em espaços desconhecidos mais difícil e requerer o uso de bengalas ou cães-guia para orientação. Além disso, o acesso à educação pode ser limitado devido à falta de recursos adaptados, como materiais em braile ou dispositivos de tecnologia adequados.

A interação social também pode ser desafiadora, pois as pessoas cegas podem enfrentar estigmas, preconceitos e barreiras de comunicação. Baseado nos pontos acima apresentados será investigado e discutido as principais dificuldades no processo de aprendizagem do espanhol para deficientes visuais no Brasil ao longo dos séculos até os dias de hoje. Por meio de uma abordagem fundamentada em teorias e pesquisas relevantes, buscando contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas educacionais, visando a oferecer um ensino inclusivo e de qualidade para todos os estudantes.

2.1 Inclusão e seus desafios para portadores de deficiência visual ao longo dos séculos no Brasil.

Década após década o ser humano busca incluir e garantir que portadoras de deficiências tenham seu protagonismo dentro da sociedade. No entanto, esse processo é lento e cheio de intempéries. No ano de 1854 através do decreto nº 1.428, foi criada a primeira instituição escolar do Brasil voltada para portadoras de

deficiência visual na cidade do Rio de Janeiro nomeada Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Segundo o site Mapa arquivo nacional.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854, com a atribuição de ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris. A autorização do governo imperial com o dispêndio de verbas para a fundação do instituto foi conferida pelo decreto n. 781, de 10 de setembro de 1854, e sua inauguração se deu em 17 de dezembro do mesmo ano (MAPA ARQUIVO NACIONAL, 2023).

A princípio, o projeto não teve 100% de aprovação, visto que a câmara dos deputados não aprovou o orçamento destinado para o Instituto, no entanto não impediu o seu funcionamento. Através do Decreto nº 193, de 30 de janeiro de 1890, o Instituto passa a ser chamado de Instituto Nacional dos Cegos, um ano após, por meio do Decreto nº 1.320, de 24 de janeiro de 1891, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca o renomeia para Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ex-diretor do Instituto que havia dedicado anos de sua vida para o desenvolvimento da escola, nome que prevalece até os dias de hoje.

A partir da década de 90 vários outros projetos tiveram início pelos estados brasileiros, alguns deles são: fundação do Instituto São Rafael, em Belo Horizonte - 1926, fundação em São Paulo, do Instituto para Cegos Padre Chico-1927, fundação em Porto Alegre do Instituto Santa Luzia-1935, fundação em Pernambuco do Instituto dos Cegos-1936, fundação em Uberaba do Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC)-1942, fundação em Salvador do Instituto de Cegos da Bahia-1942 e fundação em Curitiba do Instituto Paranaense dos Cegos-1942. Na mesma década foi criado em São Paulo a Fundação Dorina Nowill que depois de muito lutar conseguiu a implementação da Lei 2.268, de 14 de julho 1954 que possibilitou a produção de livros com isenção de impostos e taxas federais para a instituição, lei que teve grande importância para o processo de alfabetização de cegos, pois possibilitou a produção de materiais e livros.

Até meados da década de 1980 o progresso de inclusão foi lento, contudo a partir da década de 1990 houve uma crescente na criação de leis o que possibilitou grandes conquistas no que se diz à educação especial e acessibilidade. Aos poucos as leis foram sendo aprimoradas e conseqüentemente proporcionando melhores

meios de ensino para pessoas com deficiência visual que buscam por igualdade e espaço na sociedade.

Atualmente, o Instituto Benjamin Constant (IBC) é uma referência nacional em educação especializada e inclusão social. O Instituto atua e contribui para o desenvolvimento e suporte às pessoas com deficiência visual, contribuindo de forma significativa e propagando inclusão. Segundo o site do MEC.

IBC é também um centro de referência, em nível nacional, para questões da deficiência visual, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão (MEC, 2024).

Ou seja, além de contribuir para o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência visual, o Instituto opera como um centro de referência nacional, na produção de conhecimento, pesquisa nas áreas de educação especial, reabilitação e acessibilidade, influenciando políticas públicas e práticas educacionais em todo o país. Sua contribuição para a inclusão social e cultural das pessoas com deficiência visual é inestimável, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 Desafios de Acessibilidade para Estudantes Cegos no Contexto Educacional Brasileiro.

A acessibilidade é garantida por lei, é um direito fundamental que garante a inclusão e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Ao falar sobre acessibilidade deve-se considerar inúmeros aspectos, tais como, inclusão social, direitos humanos e benefício à sociedade. A acessibilidade é indispensável para articular a inclusão social de pessoas com deficiência, idosos e outros grupos marginalizados. Fortuna (2009) define acessibilidade como:

[...] a resposta física que passa pelas seguintes questões: Como posso chegar até o prédio X? Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio Y? Como me movimentar entre os pisos e entrar nos cômodos? Como utilizar as instalações do banheiro? Como sentar no ônibus, sem a observância da lei dos obesos? Como pagar os impostos no banco em fila única, mesmo sendo paraplégico? Sou cego, como me locomover neste quarteirão? entre outras (Fortuna, 2009, p. 15).

É de suma importância que a sociedade esteja ciente que a implementação de meios acessíveis promove o bem para todos, ao remover barreiras físicas,

tecnológicas e sociais, podemos criar sociedades mais inclusivas e equitativas. A acessibilidade não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas todo o mundo. Por isso, quando se planeja ambientes, produtos e serviços acessíveis criamos uma política de inclusão abrangente, que inclui idosos, crianças e pessoas temporariamente incapacitadas (como aquelas com uma lesão temporária) e até para pessoas sem deficiência. No Brasil, existem algumas leis voltadas para acessibilidade, dentre elas está a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O artigo 1º da Lei afirma:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (Lei Nº 10.098, 2000).

Ou seja, ela abrange diversos aspectos, incluindo acessibilidade arquitetônica em edificações públicas, transporte acessível, adaptações em espaços públicos, e acesso a meios de comunicação e informação. A mesma estabelece diretrizes e normas para promover a inclusão e igualdade de oportunidades para essas pessoas, visando garantir seu pleno exercício de cidadania.

Contudo, apesar de haver avanços significativos e criação de leis nas últimas décadas, ainda existem muitos problemas que devem ser pautados e consequentemente superados, através de projetos e novas leis. No Brasil é perceptível a falta de acessibilidade em diversas áreas da sociedade, afetando negativamente a inclusão de milhares de brasileiros portadores de necessidades especiais que precisam constantemente de suporte necessário. Dentre elas estão, a falta de acessibilidade arquitetônica, de transporte público, e de adaptações em espaços públicos. Muitos prédios governamentais, escolas, hospitais e outros espaços públicos não possuem rampas de acesso, elevadores adequados e banheiros adaptados, dificultando ou até mesmo impossibilitando a entrada e circulação de pessoas com deficiência.

O transporte público brasileiro enfrenta desafios relevantes em termos de acessibilidade. Embora algumas cidades tenham feito melhorias, como a inclusão de ônibus com rampas de acesso e estações de metrô com elevadores, ainda há uma grande quantidade de transporte inacessível para pessoas com deficiência,

especialmente em áreas mais remotas e periféricas. As adaptações em espaços públicos também deixam muito a desejar. Calçadas estreitas e irregulares, a falta de sinalização tátil para pessoas com deficiência visual, e a ausência de banheiros adaptados em parques e praças são apenas alguns exemplos dos obstáculos enfrentados diariamente por aqueles que necessitam de acessibilidade. Além das inúmeras dificuldades físicas, o acesso a meios de comunicação e informação é um problema para muitas pessoas com deficiência no Brasil. Websites inacessíveis, falta de legendas em programas de televisão e poucos recursos de audiodescrição são barreiras que impedem o pleno acesso à informação e à cultura. Em suma, todas as dificuldades mencionadas contribuem negativamente no que se refere à imersão de pessoas portadoras de deficiência visual na sociedade. Tais problemas colaboram para a evasão escolar, dados divulgados pelo IBGE(2019) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, apenas 16,6% da população brasileira portadora de necessidades especiais possuía ensino médio completo ou superior incompleto.

3. A Importância de Materiais didáticos no Ensino de Espanhol: Perspectivas e Desafios

Os materiais didáticos são ferramentas importantes para o desenvolvimento do aluno e o suporte pedagógico. Sem o suporte necessário e implementação de materiais inclusivos é indiscutível que lacunas significativas são criadas, com isso, o processo educacional é impactado, uma vez que a ausência de um planejamento adequado para o desenvolvimento e a implementação de materiais didáticos compromete substancialmente a qualidade do ensino. Segundo o Ministerio de Educación, Cultura y Deporte:

Na prática pedagógica diária muitos são os recursos que podem ser empregados com o fim de expandir o conhecimento acadêmico dos alunos para a aprendizagem do espanhol como língua adicional (E/LA). O uso de diversos materiais lúdicos, audiovisuais e, inclusive, de textos autênticos de diferentes gêneros discursivos são alguns exemplos de atividades motivacionais que promovem o envolvimento do aluno numa aula de língua adicional (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016, p.13).

Um material didático de qualidade oferece um aprendizado sequencial, lógico e incorpora estrategicamente uma progressão gradual de conceitos

linguísticos e habilidades essenciais para o desenvolvimento do aluno. É de suma importância entendermos que a elaboração de um material didático inclui aspectos culturais, que são relevantes do país onde a língua é falada, fornecendo aos alunos uma percepção mais ampla sobre costumes, tradições, normas sociais e valores culturais que enriquecem sua compreensão da língua.

Além dos pontos supracitados, o material didático deve ser elaborado visando o desenvolvimento das capacidades dos alunos, incluindo seus sentidos mais aguçados, já que pessoas cegas possuem a audição extremamente aguçada, pois devido à perda da visão são capazes de localizar sons usando o córtex auditivo e o lobo occipital. Segundo Fontana (2010):

O processo de ensino/aprendizado de pessoas realmente cegas deve privilegiar, sobretudo, o tato e audição. Isto não significa, entretanto, que os cegos não tenham condições de aprender ou que seu aprendizado seja inferior ao dos videntes ou normovisuais. O que temos, sim, são maneiras diferentes de aprender e de perceber o mundo. É interessante notar, ainda, que o conceito amplamente difundido de que a natureza se encarrega de compensar a cegueira desenvolvendo os demais sentidos da pessoa cega não passa de mito. O que ocorre, de fato, é que o cego se vê na contingência de colocar em atividade intensa seus outros sentidos e todos os bons resultados que venha a alcançar não são mais que produto de uma prática exaustiva e disciplinada. (Fontana, 2010, p. 164)

Sendo assim, é importante entendermos que, mesmo com o destaque que os métodos tradicionais tiveram ao longo das décadas não devem ser aplicados exclusivamente para o ensino de espanhol para cegos, pois é necessário associar as capacidades de desenvolvimento do aluno com deficiência visual à métodos didáticos que norteiam o processo de ensino/aprendizagem sistematizando à prática docente dependendo dos diferentes cenários, objetivos e realidades. Sob esse viés, pode-se afirmar que a música é uma ferramenta que deve estar presente no ensino do espanhol para pessoas com deficiência visual. Para Ferreira (2010):

A principal vantagem que obtemos ao utilizar a música para nos auxiliar no ensino de determinada disciplina é a abertura, poderíamos dizer assim, de um segundo caminho comunicativo que não o verbal – mais comumente utilizado. Com a música, é possível ainda despertar e desenvolver nos alunos possibilidades mais aguçadas na observação de questões próprias à disciplina alvo. [...] Nunca devemos esquecer que a música é, além da arte de combinar sons, uma maneira de exprimir-se e interagir com o outro, assim devemos compreendê-la. (Ferreira, 2010, p. 13-17).

A música transcende as barreiras da visão, funciona como uma engrenagem permitindo que os alunos se conectem com a língua de uma maneira mais sensorial e emocional. Desta forma os alunos cegos têm uma experiência rica e envolvente, além disso, a música pode ajudar os alunos a desenvolverem habilidades linguísticas de forma mais natural e intuitiva. Podemos afirmar que as letras das músicas proporcionam um contexto rico para aprender vocabulário, gramática e pronúncia, de uma forma fácil de lembrar e repetir, além dos benefícios já expostos, a melodia e o ritmo das músicas também ajudam na memorização e na internalização do idioma, facilitando a assimilação das nuances da língua espanhola. Holden (2009) comenta sobre prática e o uso da música em sala de aula e alguns usos e vantagens que a mesma pode proporcionar.

Alguns professores usam a música principalmente pelos motivos relacionados ao idioma; outros o fazem pela motivação ou como parte de um projeto. Alguns professores usam a música no início de uma aula para alegrar ou relaxar a classe, ou ao término da aula, para se despedir dos alunos num clima feliz. [...] Várias canções tradicionais possuem um padrão linguístico repetitivo, pois a repetição tende a fazer com que o padrão linguístico se torne mais marcante. Obviamente isso é útil para reforçar um item do idioma em particular. O ritmo e a música irão ajudar os alunos a lembrar da frase toda e não de palavras isoladas. O item linguístico em si, aparece no contexto (Holden, 2009, p. 143-144).

Em sua dissertação de pós-graduação Maria Sibelly Leite Santos do Rego realizou um projeto de pesquisa com nove alunos que participaram do curso de extensão de Espanhol adaptado em Braille e do memorial descritivo da pesquisadora. As entrevistas ocorreram entre dezembro de 2015 e março de 2016. Segundo Sibelly (2016):

A música, portanto, foi usada durante a maioria das aulas como recurso de leitura e interpretação, auxílio na tradução e aprendizagem de novas palavras. Em alguns momentos, foi também utilizada como recurso de interação e até relaxamento e descontração, visto que as palavras eram aprendidas e incorporadas, por exemplo, na construção de diálogos, na pronúncia das palavras bem como aquisição e fixação de vocabulário, de forma espontânea. Como observa A4: “[...] outras palavrinhas que a gente aprende, só ouvindo a música”. A música oportunizou, portanto, novos caminhos e possibilidades de expressão em sala de aula e fora dela (Sibelly, 2016, p. 88).

O resultado do uso da música em sala de aula como material didático foi excelente, através do relato dos alunos é notável que o método é eficaz, o mesmo

permite que os alunos se sintam inclusos. Sibelly (2016) destacou alguns comentários dos discentes que participaram da sua pesquisa:

O aluno A9 destaca que “A experiência foi ótima. O conhecimento dos colegas na sala de aula me ajudou muito”. Ele ainda acrescenta que “[...] eu não queria largar o espanhol de jeito nenhum. [...] eu quero muito continuar o espanhol, para aprender mesmo a manusear a língua com toda a força” (A9). Já A7 expressa desejo de aprender línguas estrangeiras: “[...] eu tenho muita vontade de aprender outras línguas. Assim, muita vontade, muita força de vontade”. (Sibelly, 2016, p. 73)

Os comentários dos alunos destacam não apenas o aumento do conhecimento linguístico, mas também a sensação de inclusão e motivação para continuar aprendendo. Esses testemunhos refletem não apenas a eficácia do método, mas a capacidade que materiais didáticos têm de criar um ambiente de aprendizado inclusivo e estimulante.

3.1 Materiais didáticos no ensino de espanhol para deficientes visuais no Brasil, uma perspectiva ampla.

É bem verdade que o sistema educacional no Brasil busca meios de inclusão para alunos portadores de deficiência visual, é perceptível que esses meios são implementados de forma gradativa e que ano após ano são reinventados em busca de alternativas que promovam suporte de qualidade e eficiente para que todos igualmente sejam beneficiados. Segundo o Ministério da educação:

Os materiais didáticos ampliados e grafotáteis (reproduzidos em alto relevo, em película transparente de PVC) são distribuídos gratuitamente para instituições de ensino da rede pública, bibliotecas públicas e instituições sem fins lucrativos que atendam pessoas com deficiência visual. Os materiais contemplam desde a educação infantil até disciplinas do ensino médio. As solicitações devem ser feitas através do preenchimento e assinatura do documento de solicitação e devem ser enviadas pelos Correios* ou por e-mail: dpme@ibc.gov.br. Os dados dos usuários dos materiais devem constar na solicitação. É importante notar que existem três modelos de solicitação: materiais grafotáteis para alunos cegos; materiais ampliados impressos para alunos com baixa visão e materiais ampliados no formato digital para alunos com baixa visão que possam utilizar computadores em suas instituições. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2024).

No entanto, apesar dos esforços, ainda existem desafios significativos a serem superados. Desde que o ensino para deficientes visuais foi implementado no

Brasil nota-se que um dos principais obstáculos é a falta de acessibilidade aos materiais didáticos e às tecnologias assistivas, pois muitas vezes os recursos disponíveis não atendem completamente às necessidades específicas desses alunos. No contexto do ensino de espanhol, os desafios são ainda mais evidentes, uma vez que a maioria dos materiais didáticos disponíveis não são adaptados para atender às necessidades de alunos com deficiência visual.

Nos primórdios muitos materiais necessários para o ensino eram importados, vindos principalmente do Instituto de Paris. Zeni (2005) explica:

Para a escrita no Sistema Braille, se necessitava de um aparelho especial e de um ponteiro, conhecido como punção, que podiam ser confeccionados aqui mesmo (no Brasil). O papel, que de especial só tinha a gramatura, deveria vir de fora, o que atesta a incipiência de nossa indústria (Zeni, 2005, p.110).

A autora enfatiza as limitações da indústria brasileira da época, que demonstrava dependência de recursos estrangeiros para suprir necessidades básicas de acessibilidade no país. Essa dependência já apontava uma questão crítica de infraestrutura e desenvolvimento industrial, especialmente no que se refere à produção de materiais acessíveis para pessoas com deficiência visual. Com a escassez de materiais adequados, falta de investimento da indústria e apoio político, alunos que necessitavam de suporte ficaram à margem, carentes de livros e cartilhas em Braille, mapas em relevo, máquinas de escrever, dentre outros.

Logo, é impossível realizar um ensino de qualidade sem o suporte didático necessário, os materiais didáticos adequados não apenas facilitam a compreensão e assimilação do conteúdo, mas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos. Segundo Dias (2008) em sua pesquisa de dissertação a falta de materiais didáticos é um problema que perpetua na atualidade:

Existe uma deficiência de materiais que deveriam orientar a prática docente no que diz respeito ao ensino de Língua Estrangeira para alunos deficientes visuais. A ausência desse material faz com que nos deparemos com um problema, pois o professor, o qual atua numa escola da rede regular de ensino, embora deseje aplicar a política de inclusão, encontra-se numa situação de dificuldade, uma vez que não há prescrições que possam orientá-lo no desenvolvimento de sua prática junto ao público discente aqui considerado. (Dias,2018. p 143).

Uma vez que o professor não possui materiais que o guie no processo de ensino x aprendizagem, a inclusão bem como a aprendizagem torna-se

ineficaz e ineficiente. A falta de recursos adequados não dificulta apenas o trabalho do professor, mas limita as oportunidades de aprendizado do alunado portador de deficiência visual, colocando em risco sua educação e desenvolvimento linguístico. Além disso, a ausência de materiais didáticos específicos pode levar à exclusão desses alunos das atividades de sala de aula e dificultar sua integração com os colegas.

Outro ponto que deve ser pautado, discutido e respeitado são as necessidades individuais de cada indivíduo. Segundo Luzia (2008).

As pessoas cegas, assim como as demais pessoas com algum tipo de deficiência: física, mental, sensorial, com múltiplas deficiências ou com talentos superiores aos denominados normais, devem ser olhadas e entendidas como pessoas diferentes sim, enquanto aparência, enquanto forma de comunicação, enquanto sua individualidade, mas iguais às demais pessoas, enquanto capacidade de sentir e produzir. (Luzia, 2008, p.143).

Dessa forma é essencial reconhecer que todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou intelectual, devem ser consideradas como indivíduos capazes de desenvolver-se integralmente. Sabe-se que o processo do ensino de uma segunda língua é complexo e deve ser inserido de acordo com as características individuais de cada indivíduo, tais como aptidão, condições sociais, econômicas, psicológicas dentre outras. Conseqüentemente, a abordagem ao lecionar para o público deve ser cuidadosa e adaptativa. Os materiais didáticos devem ser planejados e pensados a fim de proporcionar um acesso igualitário para que o ensino realmente seja eficaz e evolutivo.

3.2 O grande problema dos materiais didáticos no ensino de espanhol para deficientes visuais no Brasil.

Inserir o aluno com deficiência visual no âmbito escolar não se resume a colocá-lo dentro de uma sala de aula e esperar que ele aprenda e se desenvolva da mesma forma que um estudante sem necessidades especiais. É fundamental que haja um planejamento cuidadoso e a implementação de meios de ensino eficazes

para garantir que o aluno se sinta acolhido e tenha acesso a uma educação de qualidade. Segundo a UNESCO (1994):

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou deficiências que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades desses alunos, acomodando tantos estilos e ritmos de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade através de um currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usos de recursos e parcerias com a comunidade. (UNESCO, 1994, p. 05).

Ou seja, a inclusão deve ser respeitada e implantada de forma que o processo de ensino-aprendizagem seja respeitado e significativo, considerando as necessidades individuais e características únicas de cada indivíduo. Isso requer a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, o uso de recursos e estratégias diferenciadas. Weisz (2009) acredita que não é a aprendizagem que deve buscar meios de se adaptar ao ensino, mas o ensino quem deve adaptar-se à aprendizagem. Sendo assim, para que o ensino seja eficiente é indispensável o uso de materiais didáticos que auxiliem o professor e o aluno no processo de ensino e aquisição da língua espanhola. Contudo, a realidade dentro do ensino brasileiro muitas vezes não reflete esse pensamento inclusivo, a falta de materiais didáticos deixa o professor e o aluno desorientados tornando o processo de ensino problemático e desafiador.

A Partir da pesquisa realizada por Nascimento (2014) no Centro de Idiomas da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN, com o total de seis entrevistadas, sendo três professores de Língua Espanhola do Curso de Idiomas da FUNCERN, e três alunos cegos que estudaram língua estrangeira na citada instituição, é evidente a fragilidade no que se refere à materiais didáticos para portadores de deficiência visual e aprendizagem do espanhol no ensino brasileiro. Nascimento (2014) afirma que:

Devemos ser conscientes que as estratégias pedagógicas, ações e recursos didáticos utilizados na sala de aula de língua espanhola, sem as condições e adaptações necessárias, para que eles se apropriem dos conhecimentos trabalhados serão desfavorecedoras e desmotivadoras para estes educandos. (Nascimento, 2014 p.136).

Após finalizar a pesquisa Nascimento (2014) concluiu que a falta de materiais didáticos adaptados para as reais necessidades dos alunos, uma vez que

os que são usados em sala não permite que os estudantes se sintam inclusos e consequentemente não adquiram os conhecimentos abordados no dia a dia escolar. Mediante tamanha dificuldade o processo de aprendizagem torna-se lento e doloroso, uma vez que o material didático não está sendo eficaz como suporte de ensino, a desmotivação e evasão escolar perpetua no meio escolar. Portanto, é necessário que o ensino do espanhol para indivíduos portadores de necessidades visuais seja entendido como um processo que exige planejamento e todo suporte necessário. Alceu Kuhn, representante da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) e membro da Comissão Brasileira do Braille (CBB) afirma, que todas as pessoas com deficiência visual fazem parte da estrutura da sociedade.

4.0 Análise histórica da educação enquanto pilar fundamental de formação do indivíduo com ênfase na educação brasileira.

A educação ocupa um lugar essencial na formação do ser humano enquanto ser social, moral e ético, porém, sabemos que a forma como o conhecimento é transmitido e adquirido sofreu mudanças durante o tempo, podemos afirmar que evoluiu junto ao ser humano. Não é possível definir uma data exata para o início da educação, mas sabemos que seu início ocorreu junto às sociedades primitivas e que a forma que esse conhecimento era transmitido não se restringia a uma escola.

A Educação existe mesmo onde não há escolas. Nas sociedades primitivas não existiam escolas nem métodos de educação, no entanto já existia educação, cujo objetivo era: “promover o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição de experiências de gerações passadas.” (BRASIL ESCOLA, 2024).

Em algum momento da história o ser humano, mesmo que de forma inconsciente, instintiva ou de sobrevivência começou a transmitir o conhecimento para o outro, temos então o início da história da educação, uma educação com uma roupagem diferente da que conhecemos hoje. O aprendizado nessa época possuía uma estrutura muito simples, baseava-se na observação, histórias e gravuras, assim o ensino era passado entre as gerações.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade, o jeito de ensinar foi sendo aperfeiçoado e se adaptando ao que conhecemos hoje. A história da educação teve várias fases e momentos em diferentes partes do mundo, sempre se ajustando ao contexto social de cada lugar, ou seja, as tendências educacionais caminham junto ao momento histórico que a sociedade está passando.

O modelo de ensino mais próximo do que conhecemos hoje iniciou na Grécia e Roma, os homens livres se reuniam para adquirir conhecimento condizentes com os interesses da sociedade. A palavra escola, é de origem grega “scholé”, o termo significa “discussão” ou “tempo livre”. Vale salientar que, nessa época o conhecimento não era para todos, os escravos já se viam à margem da sociedade, sem acesso à educação, o aprendizado para esse segundo grupo continuava de maneira informal.

No Brasil, durante o período colonial, a educação estava intrinsecamente ligada à influência da Igreja Católica, especialmente através da presença dos padres jesuítas. Desde os primeiros anos de colonização, os jesuítas estabeleceram escolas e missões em várias regiões do país, suas escolas, conhecidas como "colégios".

A educação jesuítica teve início em 1549, com a Companhia de Jesus, representante da igreja católica, fundada por Inácio de Loyola, em um contexto de reação da igreja católica à Reforma Protestante, sendo a protagonista do início de nossa história educacional, com hegemonia do ensino brasileiro até 1759, quando os padres jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias pelo Marquês de Pombal. (Almeida 2016, 2).

A educação oferecida incluía disciplinas como gramática, retórica, filosofia e teologia, contudo, essas disciplinas eram direcionadas às classes dominantes, os escravos e indígenas tinham pouco ou nenhum acesso à educação formal, para esse público o principal objetivo era catequizar os povos indígenas e converter os africanos escravizados, além de ensinar os princípios da fé católica, os jesuítas também buscavam transmitir conhecimentos práticos, como agricultura e artesanato, aos povos nativos, visando integrá-los à sociedade colonial.

No entanto, sua influência foi limitada e, com a expulsão da Ordem dos Jesuítas em 1759, a educação no Brasil colonial passou por novas transformações, abrindo caminho para diferentes modelos e abordagens educacionais.

Ao longo dos séculos, os jesuítas enriqueceram bastante, pois, além de controlar os indígenas e explorar sua mão de obra, tinham acesso a recursos importantes, como as drogas do sertão exploradas pelos religiosos no Grão-Pará. A partir do século XVIII, a relação da Companhia de Jesus com a Coroa portuguesa foi piorando progressivamente. A expulsão da ordem de Portugal e de todas as colônias portuguesas se deu durante a gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, enquanto secretário de Estado de Portugal. O marquês de Pombal ordenou a expulsão dos jesuítas em 1759, e isso foi uma tentativa da Coroa de centralizar a administração colonial e neutralizar a ação de ordens religiosas que atuavam na colônia de maneira autônoma e sem o controle da metrópole.^[3] Ao longo desse século, os jesuítas ainda foram expulsos de outras nações europeias. (MUNDO E EDUCAÇÃO UOL, 2024).

Apesar das limitações, o legado dos jesuítas na educação brasileira foi relevante. Eles estabeleceram as bases para o sistema educacional no país, introduzindo métodos pedagógicos avançados para a época e contribuindo para a disseminação do ensino em território colonial.

4.1 Formação e capacitação de professores nas universidades do Brasil.

Ao iniciar o ensino superior os futuros professores devem ser conscientizados para que possam entender que serão mais que transmissores de conhecimentos, eles serão facilitadores do crescimento intelectual, emocional e social de seus alunos, além disso é papel das instituições apresentar para seus docentes o cotidiano de uma sala de aula, expor os desafios e vivências, capacitando-os para os diferentes contextos. Sobre o assunto, Cunha e Lima (2009) afirma:

A docência no nível superior exige do professor domínio na área pedagógica. Em geral, esse é o ponto mais carente dos professores universitários, ou porque nunca tiveram oportunidade ou porque a veem como algo supérfluo ou desnecessário para sua atividade de ensino. Existem pelo menos quatro grandes eixos indispensáveis aos profissionais nesse processo: o próprio conceito de processo de ensino aprendizagem, o professor como gestor do currículo, a compreensão da relação professor aluno no processo e a teoria e prática básicas da tecnologia educacional (Cunha e Lima 2009 p. 11).

Neste sentido fica claro que a prática docente no ensino superior vai além de conteúdos específicos, ela exige competências pedagógicas essenciais para uma transmissão eficaz de conhecimento. A formação dos futuros professores exige o aperfeiçoamento dos métodos de ensino atuais, visando a inclusão e a eficácia do ensino. Nessa perspectiva:

Melhorar a formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino (BRASIL, 2000).

Contudo, na maioria dos casos o processo de formação dos futuros professores é falho, tendo em vista que as instituições de ensino superior insistem em promover métodos que não estão de acordo com a realidade do ensino das escolas do Brasil, pois, a falta de conteúdos que atendem às demandas da prática docentes, a falta de processos formativos, a falta de desenvolvimento de competências e a falta de organização institucional são fatores que influenciam de forma negativa na formação dos docentes. Cavalli(1992) afirma:

Os professores estão, na sua esmagadora maioria, agudamente conscientes da inadequação da formação profissional recebida; eles se sentem jogados na água sem que ninguém esteja preocupado em ensiná-los a nadar. De um lado, eles julgam quase sempre suficiente a preparação disciplinar obtida, mas se sentem desguarnecidos na linha de frente do conhecimento dos problemas educativos, dos processos de aprendizagem na idade evolutiva, das metodologias didáticas gerais (programação curricular, avaliação etc.) e das metodologias didáticas específicas da matéria ensinada” (CAVALLI, a cura di, 1992, p. 243).

Portanto, para que o ensino progrida é necessário que as instituições formadoras tenham uma estrutura organizacional que favoreça o desenvolvimento de programas de qualidade. Isso envolve não apenas a infraestrutura física, mas também a cultura institucional, as políticas de gestão, a liderança acadêmica, o ensino de métodos eficazes. Para que haja uma formação adequada para o desenvolvimento profissional do professor para que o mesmo se sinta capacitado para atuar em sala de aula.

4.2 Formação continuada para professores visando a capacitação docente sob a ótica da educação inclusiva.

No Brasil existem diretrizes que estabelecem requisitos mínimos para a formação de professores. O segundo parágrafo do Artigo 13 do documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior

(cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, assegura que:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015a, p. 11).

Apesar do documento garantir metas para o ensino inclusivo, existem lacunas no processo de formação dos futuros professores. Essas falhas impactam diretamente no desempenho em sala de aula, uma vez que a formação do docente não é suficiente para atender à expectativas diante das dificuldades que irão enfrentar. Após realizar uma pesquisa com professores atuantes na educação Nascimento (2014) concluiu que:

Os depoimentos dos professores, no que se refere à qualificação e à formação, percebemos a ausência de profissionais que saibam lidar de maneira adequada com as particularidades educacionais, principalmente, no nosso caso específico, dos alunos cegos. (NASCIMENTO, 2014, p.101)

A falta de profissionais capacitados para lidar com alunos com deficiência visual gera consequências, quando não preparados para lidar com o público supracitado os docentes enfrentam uma série de desafios, tais como, falta de suporte necessário, perpetuação de estereótipos e preconceitos. Sob esta perspectiva a formação continuada aparece como um suporte extremamente importante, pois, através dela os professores terão a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitam a criar ambientes de aprendizagem inclusivos. Nesse contexto, Drago e Manga(2017) afirma que:

A formação continuada de professores que pretendem trabalhar a escolarização de crianças cegas deve propiciar a esses profissionais, além das competências de alfabetização e mediação para a apropriação de conteúdos curriculares por parte desses educandos, uma formação com caráter socializador, que dê enfoque ao projeto de inserção integral desses sujeitos em sociedade, e mais ainda: preparar esses docentes para criar novos meios/métodos/possibilidades a partir das especificidades de cada aluno, com vistas à busca por uma educação que valorize as características de cada ser humano. (Drago e Manga, 2017, p. 296).

Logo, é necessário que as instituições invistam de forma intensiva em projetos de formação continuada, com o objetivo de capacitar os profissionais que lidam com alunos que possuem necessidades especiais, dentre elas a cegueira. Esse processo inclui o aperfeiçoamento de estratégias e técnicas específicas para o ensino, visando o desenvolvimento não só dos alunos mas também dos professores, para que o processo de ensino/aprendizagem seja eficaz, que o ambiente escolar desenvolva uma mentalidade inclusiva e que valorize a diversidade respeitando a todos independente de suas condições físicas promovendo assim igualdade.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi identificado, analisado e comentado as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes brasileiros no processo de aprendizagem do espanhol nas escolas, assim como foi possível identificar algumas dificuldades no processo de formação dos professores. Através das investigações realizadas foi evidenciada a falta de materiais didáticos adequados e atualizados, juntamente com a ausência de uma formação contínua e específica para os professores de espanhol.

Desta forma, por meio das informações obtidas dos artigos investigados foi exposto que durante séculos a governança brasileira negligencia o ensino inclusivo. Como consequência da descontinuidade de políticas educacionais e da escassez de investimentos específicos na área reflete-se um ensino com inúmeras oportunidades e instituições de formação sem estrutura necessária. Ao longo das investigações realizadas percebi a carência que existe no processo de formação dos futuros docentes uma vez que as faculdades não possibilitam a formação necessária para que um professor possa atuar em sala de aula de forma inclusiva.

Portanto, é necessário que haja implementação de políticas públicas para que haja promoção de equidade e inclusão e que haja esforço coletivo para que novas estratégias sejam implementadas no sistema educacional. Pois, apenas com o esforço e compromisso efetivo de todos que esta realidade será transformada e com isso os estudantes terão uma formação linguística sólida e abrangente, formação que os prepare para os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS

Almeida, W. R. A. (2016). A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. *Revista Grifos*, 23(36/37), 117. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v23i36/37.2540>. Acesso em 05 abril. 2024.

BRASIL. Decreto n. 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, 1854.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional da Educação. Conselho Pleno. Brasília:MEC,2015a.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Propostas de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL ESCOLA. "A educação antes da escola". Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-antes-escola.htm>. Acesso em: 05 maio 2024.

CAVALLI, A. [a cura di] *Insegnare oggi: prima indagine IARD sulle condizioni di vita e di lavoro nella scuola italiana*. Bologna: Il Mulino,1992.

CLIPESCOLA. "História da Educação". Disponível em: <https://www.clipescola.com/historia-da-educacao/>. Acesso em: 05 maio.2024.

CUNHA, A. de F.; LIMA, M. da G. S. Formação continuada de professores bacharéis: saberes e práticas. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/2_Aldina%20de%20Figuereido%20Cunha%20e%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20Soares%20Lima.pdf. Acesso em 09 de maio de 2024.

Decreto nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Vol. 1 pt I (Publicação Original).

DIAS, Rosane Manfrinato de Medeiros. A construção das normas: o trabalho de professores de espanhol como língua estrangeira (E/LE) junto a alunos deficientes visuais. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DRAGO, R.; MANGA, V. P. B. B. Deficiência visual e formação de professores: para uma revisão conceitual. *Crítica Educativa*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 292–310, 2018. DOI:

10.22476/revcted.v3i3.239. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/239>. Acesso em: 3 junho. 2024.

FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FONTANA, Marcus Vinícius Liessem. Mais que apenas ver: a leitura on-line em língua espanhola por deficientes visuais. Signum Estud. Ling., Londrina, n. 13, v. 1, p. 161-179, jul. 2010.

FORTUNA, Juliana. O conceito de acessibilidade e suas relações com educação e cidadania. Criciúma: Ed. Do Autor, 2009.

FRANCO, João Roberto; DIAS, TR da S. A Educação de Pessoas Cegas no Brasil. Avesso do Avesso, v.5 ,2007.

GRAN CURSOS ONLINE. "História da Educação". Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/historia-educacao/>. Acesso em: 05 maio 2024.

GRIJELMO, Álex. Para todos los que quieren tocar las palabras. Tenerife, 2007. Disponível em: <http://filoabpuerto.blogspot.com/2007/04/para-los-que-tocan-las-palabras/>. Acesso em 28 maio. 2024.

HOLDEN, Susan. O ensino da Língua Inglesa nos dias atuais. São Paulo: SBS, 2009.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Materiais didáticos grafotáteis e ampliados. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/materiais-especializados-1/materiais-didaticos>. Acesso em: 05 JANEIRO 2024.

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Art. 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 10 fevereiro 2024.

MELLO, H DE, MACHADO, S. A formação histórica da educação para cegos no Brasil: uma análise contextualizada das leis do Império à República. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-1/completo-2.pdf>. Acesso em: 3 junho. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. "Deficiência Visual". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/deficiencia-visual>. Acesso em: 01 JANEIRO 2024.

MOTTA, L. M. Alunos cegos e com baixa visão: formando e informando professores de inglês. São Paulo: Yázigi, 2005.

MUNDO EDUCAÇÃO. "Jesuítas". Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em: 05 maio 2024.

NASCIMENTO, Irys de Fátima Guedes do. O processo de ensino e aprendizagem de língua espanhola para alunos cegos: narrativas do ensinar e aprender. 2014.

199f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

NETO, A. V. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: MACHADO, A. M. et al. Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

REGO, Maria Sibelly Leite Santos Do. A música como metodologia no ensino da língua espanhola para deficientes visuais em Açailândia – MA. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 25 ago. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1162>.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Inclusão: uma questão, também, de visão: o aluno cego na escola comum. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2009.

Zeni, M. (2005). Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da república (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.